



USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Oboré

Data: 21/05/2012

Link: <http://www.obore.com.br/aconteceIntegra.asp?cd=1721>

Caderno / Página: - / -

Assunto: “Brasil fez anti-Reforma Agrária”, afirma professora da USP em aula do módulo Amazônia

“Brasil fez anti-Reforma Agrária”, afirma professora da USP em aula do módulo Amazônia

Texto: Giulia Afiune

“Para colonizar a Amazônia, nos anos 60, o Estado brasileiro vendia terras a preços baixos para atrair os migrantes, mas os pequenos produtores não tinham condições de manter essas terras e acabavam as vendendo e indo para a periferia das cidades”, explicou Neli Aparecida de Mello-Théry, geógrafa e professora da Escola de Artes e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (EACH - USP Leste).

Na terceira aula do módulo **Descobrir a Amazônia, Descobrir-se Repórter**, realizado no último sábado 19, no Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA-USP), a professora explicou que a falta de infraestrutura para o transporte das mercadorias e o pouco conhecimento que os colonos tinham sobre agricultura os impediu de ter uma propriedade rentável. “O Brasil fez uma anti-Reforma Agrária nesse período”, argumentou.

Neli, que também é livre docente pela USP ensinou que as terras públicas amazônicas também eram destinadas à agropecuária, além da colonização. “O Governo fazia incentivos fiscais para grandes empresas nacionais e estrangeiras desmatarem, plantarem pasto e criarem gado. Elas, então, aproveitavam a infra-estrutura fornecida pelo Estado e vendiam os produtos para o resto do Brasil. Foi o que aconteceu com a Sadia, a Perdigão”, apontou Neli. Ao passo que os pequenos produtores não conseguiam obter lucro, era expressiva a concentração de terras nas mãos das grandes empresas e latifundiários que vinham do Sul do país. “Era uma cabeça de gado por hectare”, informou.

De acordo com Neli, o modelo histórico de ocupação do solo amazônico coloca em evidência o papel contraditório do Governo como indutor tanto do impacto ambiental, ao instalar a infra-estrutura necessária para a exploração econômica da região, como da conservação, quando elabora a legislação ambiental. A conferencista e os estudantes aproveitaram a ocasião para debater o novo Código Florestal, que aguarda a sanção da presidente Dilma Roussef até esta sexta-feira, 25. O texto define que as Áreas de Preservação Permanente (APPs) na Amazônia serão reduzidas de 80% para apenas 20% da propriedade.

A professora da EACH-USP acredita que está em xeque o projeto de nação que a sociedade brasileira tem para o país. “Nós vamos querer continuar sendo o celeiro do mundo, acabando com nossa biodiversidade para produzir commodities?”, indagou. Ela afirmou que existem alternativas, como a produção agro-florestal e a diversidade de culturas, no caso dos pequenos produtores, e a recuperação de áreas degradadas para os grandes. “Não precisa desmatar mais. Dá pra cultivar soja em locais de plantações antigas, recuperando o terreno e ganhando um certificado verde por isso, o que é muito valorizado hoje em dia. O governo pode induzir o desenvolvimento sustentável. Meios legais nós temos, falta coragem”, avaliou a geógrafa.

Programação

Dia 26/05

9h às 11h – General Antunes (Exército Brasileiro, ex-CMA)

11h às 13h – Prof^a. Betty Mindlin (PUC e IEA-USP)

Dia 02/06

9h às 12h – Prof. Wagner Costa Ribeiro (IEA e PROCAM-USP)

Dia 16/06

9h às 11h - Prof. Marcos Buckeridge (IB-USP)
11h às 13h - Prof. Paulo Kageyama (ESALQ-USP)

Dia 23/6

9h às 11h - Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (FFLCH-USP)
O Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP) transmitirá as conferências de imprensa ao vivo pela internet através [deste link](#).

Projeto Repórter do Futuro

Composto atualmente por três módulos – Descobrir a Amazônia, Descobrir São Paulo e Jornalismo em Situação de Conflitos Armados – o Projeto Repórter do Futuro, há 17 anos vem se destacando por oferecer aos estudantes de Jornalismo uma oportunidade de complementação ao que é ensinado nas escolas. O gerente executivo da ABRAJI, Guilherme Alpendre, ressaltou a importância do Projeto para a formação do profissional de Jornalismo. “Independente do tema do módulo, do ponto de vista profissional, quem participa dos cursos aprende muito com a super estrutura de uma entrevista coletiva, como produzir um texto, uma reportagem, como funciona a elaboração de uma pauta, o quão valiosa é a avaliação individual em que o professor-orientador se senta ao lado do estudante e diz ‘olha, nós vamos melhorar assim, assim, assim’, que é o que eu acho que todo estagiário deveria ganhar no seu local de trabalho.”

A metodologia dos cursos se baseia em uma conferência de imprensa, realizada por profissionais de destaque na área, seguida de uma entrevista coletiva feita pelos estudantes. A cada encontro, eles devem produzir uma matéria acerca do que foi discutido e, ao final do curso, devem publicar, em um veículo profissional, uma reportagem sobre um dos temas abordados. Os cursos do Repórter do Futuro operam com base no Pacto de Reembolsa, ou seja, os alunos que cumprirem estas etapas e participarem de pelo menos um atendimento individual com o coordenador pedagógico do curso receberão de volta o cheque no valor de um salário mínimo entregue à Secretaria Executiva no início das atividades.